

ARTIGO

TRABALHO COLETIVO/ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Edson Luis B. Vargas**

*Adelina Baldissera***

RESUMO: O artigo trata de questões referentes as alternativas de trabalho frente ao desemprego e exclusão social. O novo do trabalho aparece em experiências de organização solidária da economia, indicando o cooperativismo como forma de oposição à situação de pobreza e exclusão social e como espaço de convívio e de formação de trabalhadores para o trabalho solidário e coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho coletivo; cooperativismo; economia solidária; exclusão social; desemprego.

Introdução

A pobreza é o resultado direto do subdesenvolvimento e também diretamente é responsável pela destituição e marginalização do homem, além da desproteção aos direitos sociais básicos e da não cidadania, gerando assim a exclusão social, econômica e política pois não haverá por parte do homem o usufruto dos bens da sociedade, sendo também uma exclusão econômica, pois quanto mais excluído estiver social e economicamente, menos chances terá politicamente.

O trabalho coletivo surge como alternativa de oposição à situação de pobreza e de exclusão social.

Esse novo aspecto do trabalho aparece esboçado em experiências de organização solidárias/coletivas. As próprias condições em que se produz o desemprego, produzem também a solidariedade e a criatividade que se encontram nas inúmeras experiências cooperativas que se multiplicam em todo o país.

O trabalho coletivo vislumbra uma possibilidade de superação da

* Assistente Social, formado 2000/1 na UCPel. Artigo extraído do TCC.

** Professora e Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Edson L. B. Vargas.

exclusão social dos trabalhadores que procuram superar-se em suas condições limitantes de sobrevivência e inserir-se no mercado de trabalho como sujeitos coletivos.

Economia Solidária

O crescente desemprego, (cut 1999) as transformações no mercado de trabalho e as transformações na própria organização econômica no Brasil e no mundo, estão desencadeando um forte processo de expansão de nossas formas de organização do trabalho e da produção. É visto em todo o país um grande número de experiências coletivas de trabalho e de produção. São diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associação de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares, no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada Economia Solidária.

Entendemos por *economia solidária* todas as formas de organizar a produção, a distribuição e o crédito por princípios solidários. Entre essas formas, as cooperativas são as mais antigas e melhor conhecidas, mas a elas soma-se outras como: *clubes de trocas* (formados por pequenos produtores, que usam de moeda própria para intensificar o intercâmbio entre eles) e os *bancos do povo* (cooperativas de crédito dirigidos aos mais pobres, cujo crédito é garantido pelo compromisso solidário de grupos formados com este fim).

Em virtude da maior exclusão de uma grande parcela dos pequenos produtores no acesso às políticas agrícolas - pela falta de infra-estrutura, de políticas de comercialização, da burocratização do crédito e da centralização de recursos pelo sistema financeiro - e também das grandes cooperativas e agroindústrias, estão surgindo novas formas descentralizadas de produção, comercialização, industrialização e crédito.

É grande e crescente a iniciativa de organizações de trabalhadores para ampliar e melhorar o seu acesso a recursos ou políticas públicas. Há atualmente, articulado ou não ao movimento sindical, um grande número de cooperativas de crédito, de habitação, de serviços, de saúde, de educação de seguros, etc... São ainda inúmeros os casos de trabalhadores que utilizam o FGTS para abrir seu próprio negócio, em geral de forma

autônoma, mas muitas vezes, prestando serviços ou fornecendo produtos para antigo empregador.

As privatizações, o aumento do volume de falência, os processos de reestruturação gerencial de grandes empresas e as novas organizações em rede estão levando vários grupos de trabalhadores a se unirem para assumir o controle da organização do seu trabalho e de processos produtivos, surgindo a partir daí no Brasil um grande número de empresas em regime de autogestão.

O crescente desemprego e a influência das políticas de geração de emprego têm levado um grande número de trabalhadores a buscar formas alternativas de trabalho e renda, seja na economia informal (existiam em 1997, segundo IBGE, mais de 12 milhões de trabalhadores no mercado informal) seja em cooperativas de diferentes tipos. Para a viabilização destes novos empreendimentos estão sendo formadas organizações que prestam serviços de assessoria, como as OGNs e as incubadoras de cooperativas populares, muitas prefeituras estão implementando políticas públicas para a geração de formas alternativas de trabalho e renda e para ampliar o acesso destas empresas ao crédito, está havendo uma retomada na formação de cooperativas de crédito, assim como novas instituições de crédito vem sendo organizadas por prefeituras e governos estaduais - os chamados bancos do povo.

As organizações associativas e cooperativas encontram grandes dificuldades de se estabelecer e de se viabilizar no médio prazo. A falta de organizações de representação deste setor da economia e a falta de políticas nos sindicatos para representação destes trabalhadores exigem a readequação das políticas e das organizações existentes para a interlocução com o Estado e a sociedade, sem falar da falta das políticas públicas ou privadas voltadas para a assessoria, acompanhamento, qualificação técnica, apoio jurídico, comercialização e crédito e a falta de tecnologias adequadas às pequenas escalas de produção, deixam estes empreendimentos em frágeis condições de se viabilizarem em mercados cada vez mais exigentes.

A economia solidária é um setor crescente dentro da economia e da sociedade brasileira com grandes possibilidades de expansão. O desemprego estrutural, a economia informal e a precarização do trabalho devem continuar gerando uma grande massa de trabalhadores que necessitam de políticas alternativas e que podem encontrar melhores condições

de trabalho em empreendimentos solidários.

Segundo Singer (1999), a economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas - e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista -, haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção.

Para viabilizar a expansão da economia solidária, uma série de desafios precisam ser superados, especialmente aqueles relacionados à necessidade de novas políticas e instituições públicas e populares voltadas à representação e, principalmente, ao acompanhamento permanente das demandas de formação de crédito, tecnologia, mercado e gestão.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) vem debater a formulação de uma política sindical para a economia solidária, organizada através de uma Agência de Desenvolvimento Solidário, para desenvolver políticas de crédito, de formação, de pesquisa e de criação de empreendimentos solidários, formulando propostas, ao mesmo tempo, para uma nova legislação que regula e fiscalize as novas relações de trabalho, de políticas públicas para a economia solidária - com prioridade para as políticas de crédito, tecnologia, política fiscal e políticas regionais, setoriais e comercial e uma política para a incorporação dos trabalhadores desempregados e cooperados na base sindical.

A economia solidária é um tema que já está presente na agenda sindical e a formulação de uma política permanente é uma necessidade urgente, exigindo assim, uma reflexão sobre o papel e o potencial da economia solidária e as perspectivas para o desenvolvimento do país, sobre a nova realidade do mercado de trabalho, sobre o papel do Estado e, principalmente, sobre o papel do movimento sindical e as implicações e mudanças na organização sindical.

Os marcos de atuação da CUT relacionado à economia solidária partem de duas constatações: uma primeira que diz respeito a atual crise do trabalho e uma segunda que se refere à crise do sindicalismo.

No que diz respeito à crise do trabalho, esta é resultado da reestruturação produtiva, da flexibilização, da informalização das relações de trabalho e de outras mudanças que, sobretudo, modificam o perfil da classe trabalhadora, exigindo a construção de um novo projeto político

e social que confira nova centralidade ao trabalho.

No que diz respeito ao sindicalismo, uma das faces da crise está impressa nas heranças do modelo corporativo, é necessário lembrar que as origens da CUT estão justamente na crítica e no enfrentamento às amarras do sindicalismo corporativo desenhado no período Getulista. Mas as lutas iniciadas em fins dos anos 80 (e que perduraram até hoje) em boa parte responsáveis pela redemocratização da sociedade brasileira, não foram suficientes para romper com alguns limites: a fraca organização no local de trabalho, a pulverização da organização e a baixa capacidade de resistência, entre outros.

Estas limitações ajudaram a explicar a dificuldade que o movimento sindical teve em estabelecer um diálogo com as transformações no mundo do trabalho e da produção.

Assim, a CUT promove debate de uma necessidade de pensar novas formas de promover o desenvolvimento. Uma estratégia de ampliação de oportunidades de trabalho passa por políticas nacionais de expansão e fortalecimento do emprego mas, sobretudo, pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional que viabilizem processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riquezas. É necessário uma política, incorporando temas e práticas ainda não muito comuns à maioria das organizações - formação profissional, gestão de organizações comerciais e financeiras, mercado e comercialização, cooperativismo e autogestão, etc..

O processo de constituição do mercado de trabalho no Brasil fez parte do processo de industrialização da base produtiva do país. As características deste processo foram forjando o modelo de desenvolvimento brasileiro e a conformação do nosso mercado de trabalho. As principais características deste modelo foram um forte movimento de migração das cidades do interior e do meio rural para os grandes centros urbanos e a constituição de pólos dinâmicos associados a faixas precarizadas na periferia.

Em trabalho recente, a Central Única dos Trabalhadores (CUT, 1999) expõe que devido aos ciclos de crescimento e à forma desigual de como isso se deu, uma marca fundamental do desenvolvimento brasileiro é a heterogeneidade, lembrando que, no período que vai da década de 40 aos anos 70, o emprego assalariado passou de 42% para 63% do total da força de trabalho, este processo trouxe, juntamente com a constituição do

mercado de trabalho, um processo de institucionalização das relações trabalhistas, dando corpo a um determinado padrão de contratação e de cobertura dos trabalhadores por uma gama de direitos, constituindo assim neste processo o chamado desenvolvimento fordista; as características centrais deste eram a produção em série, o consumo em massa de produtos homogêneos, a produção de bens duráveis e o controle rígido da produção. Essas características da produção fordista eram organizadas basicamente através da grande indústria.

O estabelecimento deste modelo era assegurado pelo Estado, seja através do *welfare state* na Europa ou do modelo de estado - desenvolvimentista típico da América Latina. Nestes dois modelos, o pleno emprego era meta central das políticas de desenvolvimento e as relações de trabalho eram normatizadas exclusivamente pelas regras do emprego formal.

Os anos 80, segundo a CUT, foram palco de uma forte crise neste contexto e três fatores se somaram como: a crise fiscal, a terceira revolução industrial e a globalização. A crise de financiamento do Estado foi o motor do acelerado endividamento e das altas taxas de inflação. Em nível mundial, as políticas de ajuste da América Latina e o colapso do *welfare state*, foi marca mais evidente. A crise do Estado trouxe consigo uma perda do dinamismo econômico, com exceção a economia americana.

Com o advento da globalização, da nova conformação dos mercados e da terceira revolução industrial, novos níveis de competitividade foram definidos, provocando a desestruturação de várias cadeias produtivas, obrigando as empresas a se reestruturarem com novas tecnologias de produção e gestão. O controle rígido e direto da produção foi substituído pelo controle dos mercados (controle de informações e marcas), e muitas empresas grandes passaram a se organizar em redes.

As características principais deste modelo são a presença do capital financeiro como principal coordenador do desenvolvimento, sob o qual todas as demais estratégias econômicas, dentre elas a reestruturação produtiva, estão subordinadas, onde por consequência de um ambiente globalizado, a acumulação flexível está provocando transformações no mercado de trabalho, com divisões e distribuições do trabalho e enfraquecimento do poder sindical.

Neste processo de transição do modelo de desenvolvimento fordista

para o modelo de acumulação flexível, o capital se globaliza, se concentra e exclui uma grande parcela do mercado de trabalho surgindo, por outro lado, formas descentralizadas de organização da produção. Trabalhadores que antes eram subordinados a uma rotina de trabalho têm, agora, seu trabalho também subordinado a uma dinâmica de acumulação capitalista, mas regulada não só através de contratos de trabalho, mas também por contratos de prestação de serviços ou de produção de partes das cadeia produtiva.

Para a CUT, é visto um processo de flexibilização do mercado de trabalho. A moderna organização da produção em redes de empresas interligadas cria novas formas de conflito entre o capital e o trabalho, sejam eles assalariados ou na forma de produtores autônomos.

Portanto, com a nova estrutura do mercado de trabalho um quadro de acumulação flexível começa a ser formada então por três categorias de trabalhadores: um núcleo de trabalhadores no mercado formal, um de trabalhadores autônomos e um grupo periférico de sub-contratados, sendo a terceira categoria de trabalhadores, um oceano de excluídos que participam eventualmente do mercado de trabalho de maneira informal e sob precárias condições, incluindo-se nesta categoria aqueles organizados pelas cooperativas de serviços organizadas pelo patronato, as coooperatos, os camelôs e os trabalhadores informais de todo o tipo.

Todas estas transformações no modelo de desenvolvimento brasileiro estão provocando alterações substanciais no mercado de trabalho, sendo as principais mudanças a redução da ocupação de indústria, a terceirização, o aumento da informalização, a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e a subproletarização, além de acelerada redução da ocupação nas atividades agrícolas.

Desemprego

O desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho não ocorrem somente em uma família, num setor econômico ou numa região, ainda que possam ser mais intensos aqui ou ali. Tampouco podem ser atribuídos aos próprios desempregados, à sua má vontade, preguiça, inaptidão ou a pouca empregabilidade, pois vêm crescentemente atingindo a todos. Menos ainda podem ser atribuídos a fatores internacionais, tecnológicos ou sazonais. Ainda que tais fatores possam gerar

desemprego, não foram eles a causa básica da extraordinária deteriorização do mercado de trabalho brasileiro ocorrida na década de 1990.

Na verdade, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, e intensamente no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-98), são um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país.

O Brasil nunca conviveu com um desemprego tão elevado. Tampouco com um grau crescente de deteriorização das condições de trabalho, com o crescimento vertiginoso do trabalho temporário, por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, os milhares de “bicos” que se espalharam pelo país. Pelo contrário, ao longo do século XX, e sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, o país havia se transformado em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais, capaz de incorporar ao mercado de trabalho urbano parcelas significativas de uma população com elevado crescimento demográfico e com um extraordinário contingente de pessoas expulsas do campo.

Conforme Mattoso (1999), nos anos 80, houve alguma alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Apareceu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano e teve início a deteriorização das condições de trabalho, com ampliação da informalidade. No entanto, como nesse período foram preservadas as estruturas industrial e produtiva, o desemprego e a precarização ainda foram relativamente baixos e, sobretudo, vinculados às intensas oscilações do ciclo econômico na década e ao processo inflacionário. O desemprego e a precarização cresciam com a retração das atividades produtivas (como em 1981-83, por exemplo) e voltavam a baixar quando a economia voltava a crescer (como em 1984-86) ou se estabilizava como durante a estagnação ocorrida entre 1987-89. Ao final da década, o desemprego era baixo e pouco acentuada a deteriorização das condições de trabalho. Na década de 1990, a situação alterou-se profundamente. Nesses últimos anos, o desempenho produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho. A geração de emprego sofreu as consequências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhando do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado outras

capazes de substituí-las.

O desemprego disparou. Em maio de 1999, a Folha de São Paulo indicava em manchete que o desemprego havia alcançado mais de 10 milhões de brasileiros pelo país afora. O desemprego sempre afeta os trabalhadores de maneira desigual. No entanto, neste inferno astral que tem atingido os desempregados nos anos 90, além de sua intensa elevação, alterações importantes têm ocorrido na estrutura e no tempo de desemprego. Entre 1989 e 1998, o desemprego cresceu relativamente mais entre os homens, de mais idade (40 anos ou mais), cônjuges, e para os de maior escolaridade. Tais dados demonstram a argumentação do governo e de seus economistas, que, depois de negar o desemprego, tentaram atribuí-lo à desqualificação de desempregado. “O tempo de desemprego médio era de cerca de 15 semanas em 1989, passou para 36 semanas em 1998 e alcançou 40 semanas nos primeiros meses de 1999. O desemprego atinge 1 em cada 5 habitantes das grandes cidades, a informalidade atinge 2 entre 5” (Mattoso, 1999, p.14;22).

Os desempregados vêm tendo menor acesso ao seguro-desemprego. Apesar de sua precariedade (o benefício médio girava em torno de 1,57 salário mínimo em dezembro de 1998, cerca de R\$ 205,00), o seguro desemprego continua um importante elemento amortecedor das agruras do desemprego. Segundo o Ministério do Trabalho, em 1998 comparativamente a 1995, foi menor o número de segurados assim como a taxa de cobertura, muito possivelmente pela ampliação da precarização do mercado de trabalho, já que estes trabalhadores não têm acesso ao seguro-desemprego.

Na década de 1990, a situação de ampla desestruturação do mercado de trabalho tornou-se tão grave que o desemprego, apesar de extraordinário e de afetar diretamente milhões de pessoas, aparece como a ponta de um imenso iceberg. É uma profunda deteriorização das condições e relações de trabalho, convertida em virtude pelo discurso oficial ou oficioso de economistas e consultores. Estas condições de trabalho tornaram-se crescentemente informais, precárias, com trabalhos e salários descontínuos, de curta duração e sem contribuir para a Previdência.

A redução do mercado formal de trabalho, aquele regulamentado pelas leis trabalhistas e integrado aos mecanismos institucionais que garantem proteção ao trabalhador, tais como a Previdência Social, Fundo

de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego, pode ser observado pelo crescimento dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e por conta própria.

Segundo as pesquisas do IBGE ou do DIEESE-SEADE, hoje mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro-desemprego, FGTS, ou seja, três em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades brasileiras ou estão desempregadas (um em cinco), sendo que destes últimos uma grande parcela apresenta evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social.

No Brasil, segundo o Instituto Datafolha, seriam cerca de 24 milhões de brasileiros nessas condições, dos quais mais de 12 milhões trabalhariam sem registro em carteira porque se encontram desempregados e não conseguem outro tipo de trabalho.

Assim, reduziu-se a participação dos assalariados, conformando um verdadeiro processo de desassalariamento, com ampliação da ocorrência de condições de trabalho em que prevalecem situações sem contribuição para a Previdência e, portanto, sem acesso à aposentadoria.

O intenso processo de desestruturação do mercado de trabalho ocorrido nos anos 90, teve uma acentuada redução da capacidade de geração de empregos formais, mostrando-se a economia nacional incapaz de gerar postos de trabalho, não apenas relativamente à elevação da produtividade e aos novos ingressantes no mercado de trabalho, mas em termos absolutos.

Os anos 90 indicam um desempenho negativo, sendo que no período 1995-98 a redução da geração de postos de trabalho formais ocorreu todos os anos, mesmo quando houve algum crescimento do PIB.

Todos os setores apresentam recuo do emprego formal, embora a indústria de transformação e a construção civil sejam mais duramente atingidas.

Ao longo dos anos 90 foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, sendo que desde que FHC assumiu em 1995 foi contabilizada uma queima de nada menos de 1,8 milhões de empregos formais, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho. Até maio de 1999 a indústria de transformação reduziu seus empregos

formais na década em cerca de 1,6 milhão (cerca de 73% do que se dispunha em 1989) e os subsetores mais atingidos foram os das indústrias têxtil (-364 mil), metalúrgica (-293 mil), mecânica (-214 mil), química e produtos farmacêuticos (-204 mil) e material de transporte (-92 mil). A construção civil viu desaparecer cerca de 322 mil empregos formais. O comércio também foi duramente atingido (-294 mil). O setor financeiro reduziu sua mão-de-obra formal em cerca de 354 mil. Apenas apresentou um comportamento positivo o subsetor Serviços, compreendido por alojamento, alimentação, reparação e diversos (cerca de 160 mil).

O desempenho negativo da geração de empregos formais da economia brasileira só não foi maior graças ao aumento do emprego público, ocorrido até meados da década. No entanto, com o processo de privatização das empresas públicas e com os sucessivos ajustes fiscais e seus respectivos cortes nos gastos sociais, o crescimento do emprego público e das áreas de educação e saúde (principais empregadoras) deve apresentar retração nos últimos anos. Recente pesquisa do Datafolha registra apenas 5,4 milhões de funcionários públicos no Brasil. Ampliada a política de cortes nos gastos sociais do governo federal aos planos estadual e municipal, deverá se acentuar, ainda mais, a queda do emprego nos próximos anos.

O crescimento do desemprego e da informalização causa problemas nas relações de trabalho. Os trabalhadores e seus sindicatos ficam debilitados e as empresas adquirem um maior poder no mercado de trabalho. Nessa situação, tornam-se comuns mecanismos contratuais unilaterais ou por empresa, que terminam, a longo prazo, por favorecer a desvalorização da contratação coletiva mais setorializada ou centralizada, a preservação de baixos salários e, sobretudo, a ampliação das diferenças de rendimentos dos ocupados, além de acentuar a queda dos níveis de sindicalização. Neste tipo de situação pode-se ver mudanças que aconteceram nas condições e na dinâmica dos trabalhadores e de suas organizações sindicais no período recente.

A ação sindical foi restringida pela profunda transformação regressiva da estrutura produtiva, pelo crescimento econômico medíocre, pela redução dos espaços de negociação setoriais e nacionais, pelo aumento do desemprego, pela redução de empregos formais e pela elevação da precarização das condições e relações de trabalho. Também os sindicatos e centrais sindicais, que estavam à beira de uma ação

propositiva nacional (como, por exemplo, impulsionando as câmaras setoriais), entraram num evidente movimento defensivo, havendo uma desaceleração na quantidade de greves, com maior dispersão e fragmentação da ação sindical.

Singer (1999, p.122), ao tratar do assunto desemprego, manifesta-se dizendo que:

“Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se inserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para seus produtos”.

Para este desafio é preciso haver uma organização dos trabalhadores a serem capazes de se oporem às políticas governamentais que geraram uma profunda regressão das estruturas da produção e do emprego nacional e, ao mesmo tempo, propor políticas alternativas, constituindo com amplas forças sociais um movimento capaz de apoiar democraticamente um novo projeto nacional.

A Informalização do Trabalho

A partir de um crescente desenvolvimento no Brasil do mercado de trabalho em uma economia industrial capitalista, desde os anos 30 a legislação trabalhista introduziu um ritmo acelerado, dando conteúdo à discussão entre emprego formal e informal. Em função das obrigações impostas pela legislação, criam um custo que se torna pesado para os empregadores, onde empresas grandes não podem fugir destes custos. Para se tornar um pouco viável o emprego informal é vantagem para pequenas firmas ou àquelas que só contratam mão-de-obra temporária, como fazendas de colheita ou empresa de construção, empregando trabalhadores diferentes em cada fase do projeto. Em uma economia inflacionária como no Brasil, a maioria das firmas acha normal registrar seus empregados e onerar o consumidor pelo salário indireto que são obrigadas a desembolsar; isto aparentemente se modificou no começo

dos anos 90.

Em uma época de recessão, muitas empresas, pequenas ou de tamanho médio, tornam-se informais para escapar do pagamento não só dos salários indiretos, mas também dos impostos. Com isso, surgiu uma nova tendência que ganhou importância que foi a terceirização, ocorrendo neste caso a substituição de empregados permanentes, na maioria formalizados, por fornecedores autônomos de serviços.

Tanto a informalização quanto a terceirização são tendências mundiais de crescimento, resultando do consistente processo de abertura das economias nacionais à competição internacional e da revolução nas formas e conteúdos do trabalho trazidos pela informalização. Em consequência disso, o emprego informal no Brasil encolheu, acelerando mais o ritmo do trabalho autônomo. Pode-se considerar, diz Singer (1999), a exclusão do emprego formal como sendo um dos mais importantes processos de Exclusão Social.

O desemprego é o motivo principal da inserção dos trabalhadores na economia informal. No caso das mulheres, o fator principal é a complementação da renda familiar. Soma-se a estes fatores, o desejo de realizar um trabalho independente. Muitos, inclusive, já possuíam um emprego e entraram na economia informal por terem sido demitidos. Com relação a renda, o trabalho informal, especialmente para os trabalhadores com baixo nível de instrução, oferece rendimentos melhores do que o trabalho com carteira assinada.

Conforme a CUT, haviam 9.477.973 empresas no setor informal, sendo que a grande maioria, 86%, eram de trabalhadores por conta própria e apenas 14% de pequenos empregadores. As principais atividades deste setor são o comércio, os serviços de reparação, os serviços pessoais, domiciliares e de diversão.

A maioria destas empresas não é juridicamente constituída (87%) e, apesar da absoluta falta de incentivos, a maior parte dessas empresas é lucrativa (93%). A grande maioria não utiliza o crédito, nunca recebeu assistência técnica e encontra dificuldades de formar uma clientela, mas, ainda assim, 37% das empresas têm planos de novos investimentos para aumentar os seus níveis de atividade.

Segundo a OIT - Organização Internacional do Trabalho - de cada dez novas vagas, somente duas são do setor formal.

Na América Latina o emprego informal chega a 56% da mão-de-

obra.

Entre 75% e 80% dos empregados informais, são ocupados por pessoas de baixa renda. Além dos mais pobres abriga também os grupos mais vulneráveis, como as mulheres e jovens. 52% de mulheres e 54% dos jovens que trabalham estão no setor informal. Na América Latina, as mulheres ocupam 52%, os homens 54%, os pobres 60% e os indigentes 66% do trabalho informal.

Em São Paulo, o setor informal, gera 90% das vagas de emprego. As pesquisas do IPEA mostram um aumento de 63%, entre 1988 e 1996 nas vagas para autônomo que trabalham para empresas sem instalação física, como pedreiros e pintores.

A taxa de desemprego pulou de 5,5% em 1988, para 8% em 1996; deteriorou o mercado de trabalho. Mas, os ganhos dos trabalhadores sem carteira correspondiam, em 1996, a 67% do rendimento dos ocupados. E os assalariados do setor formal recebiam salário 22% maior. O setor dos autônomos foi o que mais cresceu: 59% das vagas surgidas foram deles. E os trabalhadores sem carteira assinada formam 14% dos novos empregos.

No entanto, as pesquisas mostram que os salários dos trabalhadores do setor informal está melhorando em ritmo mais acelerado do que a remuneração dos trabalhadores do setor formal. Isto significa que, embora os trabalhadores informais ganhem menos do que os do setor formal, a diferença está caindo.

Para que os trabalhadores informais saiam dos pontos negativos que os ameaçam, a tendência é de que os autônomos de carteira assinada, bem como os demais informais se organizem em associação e melhor ainda, em microempresas ou em cooperativas, ou em comunidade de trabalho.

Exclusão Social

O Brasil é a terra da desigualdade. Aqui, o grau de disparidade entre ricos e pobres, brancos e não-brancos, homem e mulher, moradores do campo e da cidade, indivíduos de alta e baixa escolaridade é provavelmente maior que em qualquer outro lugar. No entanto, a desigualdade de renda, status social ou reconhecimento legal é apenas o outro lado da

moeda da exclusão social. Os excluídos em termos de aquisição de renda, prestígio social ou direitos legais são exatamente aqueles que obtêm menos desses recursos porque outros obtêm demais. No que se refere à renda, isto fica bastante claro para todos, pois presume-se que a cada momento a quantidade total de renda distribuída pela PEA (População Economicamente Ativa) seja limitada, mas o mesmo vale, é claro, para posições sociais e oportunidades de trabalho.

O conceito de exclusão social é extremamente genérico, dinâmico, subjetivo e complexo. Para que se tenha uma idéia global de expressão tão moderna e que teve seu advento com a problemática da Igreja em suas campanhas da fraternidade - os excluídos - temos que voltar nossos olhares para o contexto social, suas atividades, etc

Partindo dessa visão conceitual de contexto social, podemos dizer que somente existe *inclusão social* quando alguém está totalmente integrado e participante do contexto social o que na realidade seria uma ilusão em termos globais. Para Singer (1999), um exemplo simbólico desta verdade diz que a sociedade com seu complexo legal de atividades, de condições existenciais é uma rede com suas malhas, o indivíduo ligado a apenas um ponto dessa malha, não pode ser considerado um excluído. É um participante integrado ao tecido social apenas em condições mínimas. A integração social é uma questão individual, fruto da maior ou menor consciência dessa situação, cabendo ao indivíduo o esforço em busca de sua inserção no tecido social.

A pobreza, a cor, o sexo, o emprego, etc, jamais serão motivo de exclusão social. Representam, isto sim, um tipo diverso de vida social. O indivíduo por sua formação familiar, educacional, etc, integra-se mais ou menos ao tecido social de onde pode extrair a energia para a sua integração total ou parcial.

Singer (1999) mostra duas correntes distintas que tentam explicar esse fenômeno social: *o Individualismo e o estruturalismo*.

O Individualismo vê as instituições que se propõem a proteger o trabalhador (excluído) contra os riscos de vida e econômicos, como obstáculos para a expansão da atividade econômica e do emprego, portanto como fator de agravamento da exclusão social.

Defende medidas que reforcem a acumulação de capital humano e o que defende com mais ênfase é o desmantelamento do mercado de trabalho.

Segundo essa visão, as pessoas são excluídas porque não possuem as qualificações exigidas pelo mercado de trabalho ou porque elas deixam de migrar para onde suas habilidades são requeridas ou suas prioridades são tais, que elas preferem permanecer ociosas fora dos relacionamentos econômicos e sociais que criam a normalidade.

Já o estruturalismo vê, por outro lado, o mercado como um jogo econômico, que produz vencedores e perdedores, estes seriam candidatos certos a tornarem-se párias sociais. Estaria aqui a justificação da Instituições do Bem Estar Social que defendem, como indispensáveis, a proteção dos perdedores, servindo como alavanca para retornarem novamente ao jogo do mercado de trabalho com melhores chances. Para o estruturalismo, o desmanche do Estado de Bem Estar Social que existe hoje em geral é, possivelmente, a causa do agravamento da exclusão social, na maioria dos países.

Os estruturalistas vêem a desigualdade como uma decorrência natural da economia de mercado que precisa ser contrabalanceada por mecanismos que retribuam a renda direta ou indiretamente, dos ricos para os pobres.

Os Individualistas atribuem a maior parte das desigualdades às tentativas bem intencionadas, contudo contra producentes, de resolvê-las por meios institucionais. Eles crêem que as desigualdades têm origem nas diferenças entre os indivíduos. Nem todos têm ambições materiais e mais, fatores como sorte e dons inatos, explicam as razões das desigualdades.

A exclusão social pode ser vista como a soma de vários tipos de exclusões, normalmente inter-relacionadas. Alguns tipos de exclusões não são do interesse do indivíduo resolvê-las ou ele não tem meio de fazê-lo, ou mais, não são do interesse do Estado investir na sua solução ou estabelecer prioridades imediatas.

O processo de exclusão social pode levar a mais desigualdades e, certamente, ao aumento da pobreza.

Conforme Martins (1997), este processo que nós chamamos de exclusão social não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é incluyente do ponto de vista econômico e excluyente do ponto de vista social, moral e político.

No capitalismo, a única maneira de reduzir a exclusão social na esperança de eliminá-la, seria investir na inclusão social plena até abarcar

todo o mundo. Aqui, mais uma vez, individualistas e estruturalistas divergem novamente. Os primeiros conhecem a inclusão social como resultado de ações individuais - como abrir novos negócios, competir pelos empregos, ter escolaridade e qualificação profissional, etc. Eles ignoram a barreira da falta de capital para dinamizar tudo isso. Os segundos acentuam a incapacidade do capitalismo de engendrar um processo de inclusão social para todos e vêem os excluídos como vítimas da lógica do capitalismo. Consideram como um dever do Estado a promoção de um processo público, sustentando e treinando os excluídos.

É verdadeiramente impossível uma pessoa estar completamente incluída ou excluída do tecido social, por isso os diversos tipos de exclusão, entre as quais a mais terrível é a econômica, mais acentuada nos países pobres e emergentes.

Segundo Dubar apud Demo (1998:24), a exclusão é inicialmente uma ausência durável de emprego, mas é igualmente uma perda de relações sociais. Para explicar, é mister interrogar as evoluções das políticas de emprego, dos funcionamentos do mercado de trabalho, mas também as transformações da família, das políticas urbanas, dos bairros periféricos. Não podemos compreender nada da exclusão se não é analisada a maneira pela qual é produzida pelas instituições: a empresa, a escola, a cidade.

Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população, por isso uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública.

Alternativa de Trabalho e Renda

Muitas pessoas em todo o país, depois de perderem o emprego, estão buscando alternativas de trabalho; voltando a estudar, procurando

aperfeiçoamento em determinada área, buscando forma cooperativada.

Surgem, então, formas alternativas de organização de trabalho, com empreendimentos movidos pelo espírito solidário. Cooperativas de produção e de serviços, empresas de autogestão e associações de produtores, no campo e na cidade, como opção para os marginalizados do processo econômico e excluídos sociais.

As experiências bem-sucedidas têm incentivado as iniciativas populares para geração de trabalho e renda. Algumas cooperativas no Rio Grande do Sul fundadas por ex-trabalhadores de empresas falidas de diversos ramos, já produzem de uma forma terceirizada seus produtos, sendo a gestão e administração do negócio feitas pelos próprios trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que crescem as formas de organização coletiva, surgem novas opções de acesso a recursos para financiamento, com diversos exemplos de cooperativas de crédito, bancos comunitários e os chamados bancos do povo, instituições de crédito criadas por prefeituras e governos estaduais para estimular microempreendimentos solidários. Com o movimento de economia solidária ganhando força, o país está se voltando à discussão sobre o potencial da organização comunitária face à crise do trabalho, o papel do Estado e do movimento sindical. Um debate que não tem se restringido aos círculos acadêmicos e ao Mundo do Trabalho, mas envolvendo todos os agentes sociais (Unitrabalho, ano 3, n.10 jan. 2000).

Cooperativismo

É uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade. A cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de propriedade coletiva e democraticamente gerida. O cooperativismo baseia-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade e com valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

Segundo Veiga e Fonseca (1999 : 21), o cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação.

Origem do cooperativismo

O cooperativismo (cut 1999) nasceu na Inglaterra, no final do século XVI, quando teve início a revolução industrial. Os trabalhadores das manufaturas, na época, eram qualificados e possuíam associações de ofício e controlavam o exercício profissional. Com introdução das máquinas, estes trabalhadores começaram a sofrer a competição de fábricas, que empregavam pessoas não qualificadas geralmente egressas do campo. Os produtos industriais eram mais baratos do que os artesanais, de modo que em pouco tempo os trabalhadores manufatureiros ficavam sem trabalho .

As associações fizeram de tudo para impedir que as máquinas tirassem o ganha-pão de seus membros mas, debalde ações clandestinas violentas - como a queima das fábricas - foram reprimidas com vigor. Ao mesmo tempo, Robert Owen, um dos pais do socialismo, começou a pregar que a indústria em si é benéfica ao baratear os bens de consumo, mas que ela deveria ser colocada sob o controle dos trabalhadores e que os resultados do trabalho em comum deveriam ser repartidos equânimeamente. Ele propunha que ao redor das fábricas se formassem aldeias cooperativas em que os meios de produção seriam possuídos e geridos coletivamente. Durante sua longa vida, Owen criou várias aldeias com este caráter, uma nos EUA e as demais na Inglaterra.

Na terceira década do século passado, o “owenismo” tornou-se um movimento de massas na Inglaterra e passou a inspirar o nascente movimento das *trade-unions*. Owen assumiu a liderança das lutas operárias e orientou os sindicatos a formar cooperativas de produção cada vez que fizessem greves, tendo em vista tomar o mercado dos capitalistas.

Nesta época, centenas de cooperativas foram formadas e em diversas ocasiões os sindicatos tentaram levar cabo a estratégia de Owen. A classe capitalista reagiu desencadeando violenta ofensiva contra as organizações dos trabalhadores: fizeram *lock-outs* para expulsar os trabalhadores owenistas das empresas, organizaram listas negras contra

o emprego de ativistas sindicais e obrigaram os empregados a assinar uma promessa de jamais se filiar a um sindicato.

Com isso, parte dos sindicatos teve de fechar e outros passaram à clandestinidade. Como declínio do movimento operário, provavelmente muitas cooperativas também encerraram suas atividades. Mas, em 1844, um pequeno número de trabalhadores industriais fundou em Rochdale, um importante centro têxtil, uma cooperativa de consumo que eles chamaram “A Sociedade dos Pioneiros Equitativos”. Eram todos militantes operários owenistas ou cartistas (partidários dum grande movimento de massa na época, que lutava pelo sufrágio universal masculino). Eles adotaram oito princípios, que provavelmente decorriam da experiência das duas ou três décadas anteriores de cooperativismo.

Em resumo estes princípios eram os seguintes:

- 1º) A Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondo de um voto;
- 2º) A Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos;
- 3º) Qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juros, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;
- 4º) Tudo o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa;
- 5º) Todas as vendas seriam à vista;
- 6º) Os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade;
- 7º) A sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo;
- 8º) A sociedade seria neutra política e religiosamente.

Aplicando estes princípios, a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale cresceu imensamente, alcançando dezenas de milhares de sócios. Representando um importante mercado consumidor, os Pioneiros fundaram diversas cooperativas de produção: fábrica de sapatos e tamancos, fiação e tecelagem, uma cooperativa de habitação e uma sociedade de beneficência, que prestava assistência à saúde. O exemplo de Rochdale se irradiou pela Inglaterra e mais tarde por outras países. Numerosas cooperativas foram fundadas à base daqueles princípios. Hoje, a cooperativa de Rochdale é considerada a mãe de todas as cooperativas.

O cooperativismo surgiu em outros países, notadamente na França, na mesma época, sempre ligada às lutas operárias. Na Alemanha foram desenvolvidas cooperativas de crédito rurais e urbanas, seguindo modelos diferentes, mas aplicando os mesmos princípios. Finalmente, em 1895, fundou-se a Aliança Cooperativa Internacional, que desde então congrega as entidades cooperativas de todos os países do mundo.

O desenvolvimento do cooperativismo

Durante os últimos dois séculos, (cut 1999) cooperativas surgiram em quase todos os países, assumindo diversas formas: *cooperativas de consumo* - empresas de propriedade de seus clientes, que lhes vendem bens ou serviços de qualidade comprovada a preços mínimos, pois não visam lucros. São hoje importantes em setores que fornecem serviços de grande valor, a longo prazo, como as cooperativas de saúde, escolas cooperativas, cooperativas de crédito, de seguros, habitacionais etc; *cooperativas de comercialização* - empresas formadas por pequenos ou médios produtores agrícola, artesanais, coletores de refugos recicláveis, etc., que vendem a produção dos sócios e compram para eles equipamentos, matérias primas, etc. Cooperativas agrícolas freqüentemente criam indústrias de processamento de produtos agropecuários, acrescentando valor a eles; *cooperativas de produção* - empresas de produção coletiva agropecuária, industrial ou de serviços. Uma modalidade de cooperativa de produção são as chamadas “cooperativas de trabalhadores” ou de “serviços”, que prestam serviços nas instalações e com os equipamentos dos clientes.

São exemplos cooperativas de manutenção de redes de energia elétrica e de telefonia, de manutenção e limpeza de edifícios, hospitais, etc, e de fornecimento de mão-de-obra para colheitas, para confecção de vestuário, calçados (faccionistas), etc.

Embora haja grandes diferenças entre os vários tipos de cooperativas, todos se regem pelos mesmos princípios, que são herdados dos Pioneiros de Rochdale, adaptados e enriquecidos por sucessivos congressos da Aliança Cooperativa Internacional. Todas as cooperativas são democráticas e igualitárias, seus dirigentes são eleitos pelos sócios, as diretrizes são discutidas e aprovadas em assembléias gerais, nas de

produção o ganho líquido é repartido conforme critérios aprovados pela maioria, etc. São estes princípios que permitem distinguir falsas cooperativas das verdadeiras.

Como todos os que trabalham em cooperativas são seus próprios patrões - exceto alguns poucos que são assalariados, quase sempre em estágio probatório para serem depois admitidos como sócios, eles não têm os direitos que a legislação do trabalho assegura aos empregados. Este fato, em si natural e lógico, deu oportunidade a abusos por parte de empregadores inescrupulosos. Para não pagar os chamados “encargos trabalhistas”, estes patrões criam falsas cooperativas, obrigam seus trabalhadores a se associar a elas, “contratando-os” enquanto pretensos cooperados por valores bem menores que a antiga folha de pagamentos. A prova de que estas cooperativas são falsas é que elas são dirigidas por prepostos do próprio contratante, que obriga os trabalhadores a aceitar a nova relação sob pena de ficarem sem trabalho.

Está claro que nenhuma cooperativa é autêntica se ela não for resultado da vontade livre e consciente de seus membros. Uma cooperativa de verdade serve para defender os interesses dos seus sócios, de modo que ela exigirá pelos serviços dos mesmos uma remuneração que inclua todos os direitos trabalhistas dos assalariados, como férias, fundo de garantia de tempo de serviço, 13º salário, etc... É vital para as verdadeiras cooperativas de serviços que as falsas sejam eliminadas ou então transformadas em autênticas, mediante a conquista de sua direção pelos associados. Na luta contra as “cooperfraudes”, sindicatos e cooperativas são aliados naturais.

O cooperativismo tem crescido, como reação dos trabalhadores contra o *desemprego em massa e a exclusão social*, provocados por revoluções industriais (causadoras de desemprego tecnológico) e/ou por depressões econômicas. Um surto importante de cooperativismo ocorreu no fim do século passado, na Europa Ocidental e na América do Norte, em função deste fatores. Após a 2ª Guerra Mundial, o pleno emprego perdurou por cerca de 30 anos nos países industrializados, durante os quais os trabalhadores assalariados conquistaram melhorias salariais e direitos no quadro do Estado de Bem Estar Social. Neste período o interesse pelo cooperativismo por parte do movimento operário mais combativo decresceu, pois a conquista do poder estatal tornara-se prioritária.

As cooperativas existentes continuaram funcionando, mas muito poucas novas se formaram. Muitas cooperativas de consumo não resistiram à competição das grandes redes de super e hipermercados.

Mas, a partir de meados de 1970, crises e recessões sucessivas e cada vez mais graves se sucederam e a 3ª Revolução Industrial, a da micro-eletrônica, tomou impulso. O desemprego voltou a crescer. A globalização financeira e comercial provocou a desindustrialização de países em que a classe trabalhadora tinha feito conquistas e o mesmo fenômeno atingiu a América Latina e, em especial, o Brasil, a partir de 1990. Tudo isso provocou o renascimento do cooperativismo na Europa. Na América Latina e, mais recentemente, no Brasil.

Hoje pode-se distinguir entre o cooperativismo tradicional e o novo cooperativismo, que traz as marcas da crise ideológica da esquerda e a necessidade de enfrentar o neoliberalismo e a atual crise das relações de trabalho. O novo cooperativismo constitui a reafirmação da crença de valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra pobreza e a exclusão social.

Nem sempre o novo cooperativismo se insere nos mesmos espaços institucionais do tradicional. Estes muitas vezes foram cooptados por órgãos governamentais, ou se burocratizaram, ou degeneraram mesmo. Há “cooperativas” de comercialização - sobretudo agrícolas ou agro-industriais - cujos sócios são empregadores capitalistas. Obviamente, estas pretensas cooperativas nada têm em comum com a esmagadora maioria das cooperativas, formadas por trabalhadores que procuram criar para si e para toda sociedade alternativas democráticas e igualitárias ao capitalismo.

A situação do cooperativismo difere de país a país. Apesar de estar organizado internacionalmente na Aliança, o cooperativismo está hoje em processo acentuado de transformação. O novo cooperativismo surge em grande medida como resultado das novas formas de lutas do sindicalismo mais combativo e se opõe à globalização em sua modalidade neoliberal e à devastação que ela ocasiona no seio da classe trabalhadora.

Cooperativismo no Brasil

O novo cooperativismo (cut 1999) toma formas diversificadas em nosso país: empresas autogeridas, muito delas agrupadas na ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas e de Participação Acionária ou então na Associação Brasileira de Autogestão; pequenas e médias associações ou cooperativas de produção ou comercialização, chamados PACs - Projetos Alternativos Comunitários, formados com o apoio da Caritas; cooperativas “agropecuárias” - na classificação acima, cooperativas de produção - formadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra, nos assentamentos de reforma agrária; cooperativas de serviços, formadas por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; cooperativas de serviços de diversos tamanhos, boa parte agrupada nas Federações de Cooperativas de Trabalho estaduais.

Este levantamento está longe de ser geral, mas representa os movimentos e organizações que já se colocaram em contato e que se inseriram numa confluência de propósitos que deve levar à consolidação comercial e financeira da economia solidária no Brasil e, possivelmente, em prazo um pouco maior à formação duma frente político-parlamentar de apoio ao novo cooperativismo no Brasil.

O novo cooperativismo surge num momento em que a abertura indiscriminada do mercado às importações, a sobrevalorização da moeda nacional e taxas de juros elevadíssimas produziram a eliminação de milhões de postos de trabalho formal e o fechamento de grande número de empresas. Uma forma de luta para preservar postos de trabalho tem sido obter a transferência aos trabalhadores de empresas falidas ou em vias de falir. Como representantes legais dos assalariados, os sindicatos têm tomado a frente nessas lutas. Cresce o tempo todo o número de empresas pequenas, médias e grandes, a maioria industriais mas também agrícolas e de mineração, que foram reabilitadas e estão funcionando de forma autogerida, como cooperativas ou associações, 52 delas, com 15.000 pessoas ocupadas então na ANTEAG.

Uma luta semelhante é levada pelos trabalhadores rurais filiados ao MST e à CUT, quando ocupam terras improdutivas e exigem que sejam desapropriadas e entregues ao sem-terra. Nos assentamentos de reforma agrária, uma forma cada vez mais freqüente de organizar a

produção é a de cooperativas, tanto de comercialização como produção. O MST mantém inclusive uma escola em que jovens de todos os assentamentos se formam como “técnicos de cooperativismo”.

Um dos maiores obstáculos à difusão do cooperativismo ou, de forma mais ampla, da economia solidária é a falta de cultura cooperativa entre nossos trabalhadores. São conhecidos os mutirões, mas carecemos de habilidade de criar empresas democráticas e igualitárias que sejam ao mesmo tempo aptas para competir nos mercados. Esta habilidade está sendo forjada agora, nas empresas autogeridas e sua difusão está sendo promovida por várias entidades, como a ANTEAG, o MST, o NAPES (Núcleo de Ação e Pesquisa de Economia e Solidariedade) e uma dezena de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, criadas nas maiores universidades do País.

A economia solidária enquanto realidade concreta e alternativa ao capitalismo está sendo construída no Brasil, apesar de todas as dificuldades. Não resta dúvida que esta construção já fez progresso imensos nos últimos anos e está ganhando cada vez mais apoio das universidades, nos meios de comunicação, e nos governos estaduais e municipais.

Diversos governos já contrataram a ANTEAG e Incubadoras para apoiar e suscitar a criação de novas cooperativas ou associações, tendo em vista sobretudo gerar trabalho e renda. É fundamental, no entanto, que as centrais sindicais se envolvam mais nessa batalha, que é de interesse vital para toda a classe trabalhadora.

É necessário que os sindicatos acolham em seus quadros cooperadores da mesma forma que trabalhadores assalariados. O trabalho assalariado está diminuindo rapidamente no Brasil, o que debilita a representatividade dos sindicatos e os enfraquece. Interessa a todos os trabalhadores o aumento do emprego assalariado e do auto-emprego coletivo, para que mais e mais pessoas saiam do exército dos desempregados e se restabeleça algum equilíbrio entre oferta e procura no mercado de trabalho. Unidos, empregados e auto-empregados têm interesse em que melhore a remuneração dos trabalhadores assalariados porque isso permite que os auto-empregados coletivos também cobrem mais pelos seus produtos e serviços.

Sindicatos e cooperativas surgiram das mesmas lutas. Os sindicatos têm uma importante contribuição que já é uma realidade para a difusão do novo cooperativismo. O cooperativismo popular se define pela

autogestão dos trabalhadores, que procura a melhoria da qualidade de vida de seus associados e da comunidade em que estão inseridos.

Ampliar esta contribuição é urgente para reforçar o combate comum ao neoliberalismo, à perda do emprego formal e dos direitos conquistados.

Conclusão

O Brasil enfrenta grandes problemas, resultantes de um modelo de desenvolvimento desordenado, impulsionado pelo enriquecimento de poucos, pela crescente urbanização e conseqüente migração do homem do campo para a cidade, que sofre reflexos de mais de duas décadas de estagnação, excluindo milhares de pessoas do mercado formal de trabalho de uma forma bastante crescente, isto está influenciando, também, as pessoas e moradores da periferia das cidades, que encontram dificuldades para terem acesso às questões essenciais, como saúde, moradia, educação, saneamento básico e, principalmente, ao emprego, o que poderia amenizar suas angústias. Uma saída plausível seria a união destas pessoas visando o trabalho coletivo, com objetivo de poder alterar sua condição de vida, encontrando, como diz Paul Singer (1998, p.138) “estratégias de luta contra o desemprego e a exclusão social inclusive para reestabelecer no mercado formal de trabalho um equilíbrio menos desfavorável entre oferta e demanda.

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta aquela que rege o mercado capitalista”

Então, cooperativismo é uma forma de economia solidária, um sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio de um processo formativo permanente.

É uma forma alternativa de pensar e realizar o trabalho e coordenar a economia. O cooperativismo é um conjunto de idéias, valores e forma de organização participativa e coletiva de economia e espaço de convívio e de formação de seus integrantes no sentido da superação da busca individual de prestação de serviços de produção, para uma forma coletiva

de pensar a produção, comercialização, o desenvolvimento e qualidade de vida, na solidariedade, no reconhecimento da pessoa como sujeito capaz de vencer as dificuldades próprias da sociedade em que se vive com respeito e ajuda mútua coletiva.

Referências Bibliográficas

CUT. Nacional de Trabalho e Economia Solidária. **Sindicalismo e economia solidária**. dez. 1999.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. São Paulo : Autores Associados, 1998.

ITEC - Instituto Técnico das Cooperativas de Florianópolis. Santa Catarina, jan. 1996.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo : Paulus, 1997. p.34.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. [] : Fundação Perseu Abramo, 1999.

OCESC - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. **O cooperativismo**.

PROPOSTA : os desafios do mundo do trabalho. **Revista Fase**, ano 26, n.72, março e maio, 1997.

REDE INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDO E PESQUISAS SOBRE TRABALHO. **Unitrabalho Informa**, ano 3, n.9, novembro, 1999.

_____. **Unitrabalho Informa**, ano 3, n.10, janeiro, 2000.

SARTORI, Luís Maria A. **O desemprego mundial**. São Paulo : LTR, 1998.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego** : diagnósticos e alternativas. São Paulo : Contexto, 1999.

_____. **Uma utopia militante. Repensando o Socialismo**. Petrópolis : Vozes, 1998.

